

POLIFONIA	CUIABÁ	EdUFMT	Nº 11	p. 43-67	2005/2006	ISSN 0104-687X
-----------	--------	--------	-------	----------	-----------	----------------

A PRÁTICA DA LEITURA EM MATO GROSSO: O PAPEL DAS EDITORAS

Franceli Aparecida da Silva Mello* (UFMT)
João Mützenber**

RESUMO: Apenas no início do século 20 começaria a impressão de livros em Mato Grosso. A partir da criação da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), em 1970, e do intenso movimento migratório verificaram-se condições objetivas para o aumento da produção de livro e leitura no Estado. No início, seria principalmente a UFMT que catalisaria a produção editorial. A criação de duas leis exigindo conteúdo regional em concursos públicos e no ensino regular e leis de incentivo à cultura contribuíram para incrementar a produção de livros, o que implica em forte presença estatal a mediar a produção editorial, voltada, principalmente, para assuntos de interesse regional. Como consequência mais imediata destas leis temos o surgimento, a partir dos anos de 1990, de pequenas editoras. Entretanto, apesar de apresentarem projetos gráficos modernos, as editoras locais ainda enfrentam problemas de tiragem limitada e dificuldades para a distribuição das obras.

PALAVRAS-CHAVE: Livro. Leitura. Mato Grosso.

* Doutora em Literatura Brasileira pela USP (pós-doutorado pela UNICAMP), professora do Departamento de Letras e do Mestrado em Estudos de Linguagem (MeEL) da UFMT.

** Mestre em Estudos de Linguagem pela UFMT, professor da rede Estadual de Ensino de Mato Grosso, revisor do jornal A Gazeta.

THE PRACTICE OF READING IN MATO GROSSO:
THE ROLE OF PUBLISHERS

ABSTRACT: The printing of books has started in Mato Grosso just in the beginning of the twenty century. From the creation of the Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), in 1970, and from the intensive migration we can notice objectives conditions for increasing the production of books and reading in the state. Firstly, UFMT was the most important catalyst to the publishing production. The creation of two laws demanding contents in public regional contests and in the regular education and incentive laws to culture contributed to growth the books production, which implicate much presence of the State to intervene the publishing production, that is mainly about subjects of regional interest. Consequently, from 1990, became appearing small publishers. However, despite the local publishers present projects with modern graphics, they have already faced up to print run limited and difficulties to distribute the works.

KEYWORDS: Book. Reading. Mato Grosso.

Quando Bentinho resolve “atar as duas pontas da vida, e restaurar na velhice a adolescência” (MACHADO DE ASSIS, 1998a, p. 14) e, em sua narrativa, dirige-se a uma leitora anônima, empregando um recurso de sedução (LAJOLO E ZILBERMAN, 2003, p. 23) ainda ligado à tradição romântica, e a convida a participar do seu romance com a enigmática Capitu, omite naquele momento - talvez até por não ter a dimensão do processo, e a leitora talvez não tenha a preocupação de o saber -, que entre o texto que se dispõe a escrever e o suporte que naquele momento a leitora tem em mãos, houve um mediador que possibilitou esse contato e que vai participar da atribuição de sentido à leitura. Desde a primeira edição, em 1899, pela então maior editora do Brasil, a Garnier, até as editoras que se especializaram no país em editar e faturar com livros paradidáticos, ou até mesmo em algum sítio da era eletrônica, a leitura só se torna possível porque alguém faz a mediação entre o texto e o leitor. E, a partir daí, do encontro proposto por Bentinho, pode a leitora, sentada no sossego do seu espaço doméstico, ou de qualquer outro espaço, como um banco

de praça ou uma biblioteca, fazer a viagem que a leitura permite. É possível que em momento algum a leitora se tenha dado conta de que a viagem feita pela leitura também o é, de certa forma, pelo suporte que utiliza, desde as tábuas da Mesopotâmia às infinitas possibilidades dos meios eletrônicos, e que entre o livro que tem em mãos e o autor, o trabalho de mediadores que transformam um texto em livro vai refletir-se na leitura que ora pratica, e que este trabalho se insere em um campo de forças onde o sujeito que detenha maior capital social, simbólico e econômico vai determinar o sentido desta leitura.

Escritores não escrevem, necessariamente, livros, escrevem textos (CHARTIER, 2003, p. 45). Cabe a um mediador – um copista, um tipógrafo, um livreiro-editor ou um editor – transformar o texto em algum suporte que possibilite, de alguma forma, a chegada deste texto ao leitor.

Para recuperar um pouco a história desse processo, é preciso fazer um recuo no tempo e no espaço, deixar a leitora machadiana no seu sossego, ou inquietações, e chegar a Mognúncia, na Alemanha, para conhecer, entre os sons metálicos de uma oficina, o invento de um senhor chamado Johannes Gutenberg.

Não vamos nos ater aqui às querelas que se seguiram à invenção da imprensa, se coube de fato a Gutenberg a autoria da descoberta dos tipos móveis, ou se Coster ou João Brito, que também reivindicam a primazia pelo invento, poderiam ser os eventuais autores. Ou mesmo se Gutenberg não teria passado de um mero aperfeiçoador de um invento já conhecido. Por trás dessa celeuma, esconde-se uma disputa maior, que envolve questões nacionalistas, de uma Europa saindo da Idade Média, entre Alemanha, Holanda e França (MARTINS, 1996, p. 139-156) e que fogem do interesse do presente estudo. Mas ao fato que gostaríamos de nos deter e que julgamos relevante é como essa mediação vai interferir na produção de livros, na prática de leitura e a relação que isso possa ter com o nosso tempo e, principalmente, com o nosso espaço geográfico.

As conseqüências da invenção da imprensa e as práticas que daí decorreram estão longe de atingir uma unanimidade nas discussões acadêmicas. O grande mérito de Gutenberg, no

entanto, e isto é um ponto pacífico, foi a possibilidade de maior circulação do escrito, com o barateamento dos custos de produção. Enquanto o manuscrito exigia o trabalho lento e minucioso de um copista, a imprensa permitia a impressão em maior quantidade e conferia maior agilidade ao trabalho, possibilitando, assim a diminuição dos custos do livro, fato que contribuiu para aumentar a tiragem, “muito modesta, aliás, entre mil e mil e quinhentos exemplares” (CHARTIER, 1999a, p. 7).

Com o aumento de tipografias, editores do século 16 e 17 criaram fórmulas editoriais com o objetivo de alcançar um maior público possível, mais popular, menos erudito. Ao criarem novas fórmulas editoriais e renovarem temas já conhecidos através de novos tratamentos, como os romances e os cancioneiros, interferiram não apenas nas condições de circulação, mas na estrutura das obras. O poeta, que antes cantava, agora escrevia. E ao escrever, precisava se expressar de modo inteligível, utilizando vírgulas e pontos, rimas e períodos bem-construídos (FONTIUS, In LIMA, 1983, p. 124-125). Deste modo, vemos que os aspectos valorativos fogem de uma constituição intrínseca da obra literária. Agentes externos, movidos por condições sociais ou por interesses econômicos, políticos ou religiosos e autorizados pelo capital simbólico interferem para a circulação e legitimação da obra e de seu autor.

Na Espanha, os editores, ajustando-se às condições econômicas e às limitações da imprensa, recorreram aos *pliegos sueltos*, que consistiam em folhas de papéis normais, dobradas para obter oito páginas. Um impressor que possuísse apenas uma prensa tinha condições de fazer uma tiragem diária de 1.250 a 1.500 exemplares. Os textos preferidos eram os romances, com suas narrativas extraordinárias, comédias e a poesia dos cancioneiros (CHARTIER, In CAVALLO e CHARTIER, 2002, p. 126-127. v. 2).

Os editores franceses também se utilizaram da fórmula editorial idêntica à da Espanha e produziram textos em uma folha, que, dobrada, poderia ter de 8 a 16 páginas, de modo que uma prensa tinha condições de imprimir até 2.500 exemplares diários. Assim como na Espanha, os títulos desses livretos indicam histórias de fatos extraordinários, que provocavam assombro,

terror e piedade (CHARTIER, In CAVALLO e CHARTIER, 2002, p. 126-127. v. 2).

Certamente as possibilidades de maior número de obras impressas e o barateamento dos custos foram fundamentais para o romance se firmar como gênero literário, confirmando que fatores externos determinam elementos estéticos relacionados à estrutura interna da obra. Entretanto, não se pode perder de vista que a difusão da imprensa foi lenta e gradual. Demorou cerca de cem anos para que o livro impresso se distanciasse da forma manuscrita, renovando-se no aspecto exterior e intervindo em novas exigências do mercado. Chartier observa que durante muitos anos os livros continuaram tendo acabamento manual, feito pelo impressor e trazendo interferências do revisor.

O barateamento do livro e as estratégias criadas pelos editores permitiram o aumento do número de textos em circulação e do de leitores de tal forma que produziram na Europa Central um fenômeno que ficou conhecido como fúria de ler. Lia-se muito e nos mais diferentes lugares. Na Inglaterra, telhadores, no intervalo do trabalho, mandavam subir jornais aos telhados para ler. Na França, o fenômeno se repetia, e lia-se nos bondes, nos calçadões, nos cafés e no recesso do lar. Essa fúria conseguiu produzir verdadeiros best-sellers, como a novela *Heloïsa*, de Rousseau, que chegou a pelo menos setenta edições antes de 1800, provocando reações nos leitores, as mais extremadas, com desmaios e choros convulsivos (WITTMANN, In CAVALLO e CHARTIER, 2002, p. 147. v. 2).

Na Alemanha, a fúria da leitura atingia proporções como em nenhum outro lugar, chegando mesmo a ser comparada a uma “epidemia de leitura”. O caso mais marcante talvez tenha sido registrado com *Os sofrimentos do jovem Werther*, de Goethe, que provocou verdadeiro furor. Acusada de ter provocado uma onda de suicídios, a trágica história de amor teve também manifestações de identificação exteriorizada de jovens leitores com o herói: a casaca azul e a calça amarela (as roupas de Werther) foram elevadas a sinal de juventude rebelde e a xícara do herói, a objeto de culto (WITTMANN, In CAVALLO e CHARTIER, 2002, p. 148. v. 2). Mais do que uma produção de leitura, o que estava sendo construído era a produção de um comportamento social.

Entretanto, supor que o aumento considerável da produção de livros e do número de leitores esteja relacionado apenas ao barateamento do livro e sua maior circulação é uma simplificação que omite um processo histórico desencadeador da formação da sociedade moderna: a ascensão da burguesia e a afirmação do capitalismo como modelo econômico. Leitores existem desde quando a escrita, em suas diferentes formas, se consolidou como código; entretanto, “só existem o leitor, enquanto papel de materialidade histórica, e a leitura, enquanto prática coletiva, em sociedade de recorte burguês, onde se verifica no todo ou em parte uma economia capitalista” (LAJOLO e ZILBERMAN, 2003, p. 16). O livro, como corolário da cultura, será incorporado pela nova classe como forma de marcar o sucesso social.

Como consequência do aburguesamento da sociedade, políticas de alfabetização permitiram que mais pessoas tivessem acesso, se não à posse do material impresso, ao menos à leitura. Na França, no período da Revolução, 50% da população masculina e 30% da feminina sabiam ler, chegando a 90% da população na última década do século 19. Na Inglaterra, em 1850, 70% dos homens e 55% das mulheres sabiam ler. Na Alemanha, em 1871, a taxa de alfabetização chegava a 88% (LYONS, in CAVALLO e CHARTIER, 2002, p. 166. v. 2).

A imprensa periódica também foi afetada pelo crescente número de leitores. Por volta de 1866, a revista *La mode illustrée* tinha uma tiragem de 58 mil exemplares, e em 1864 um número do semanário *Le journal illustré*, escrito por Alexandre Dumas e ilustrado por Gustavo Duré, chegou a circular com 250 mil exemplares. Mas, apesar destes números, para os editores da época o romance era o principal gênero literário, e a mulher, a principal consumidora.

Martyn Lyons chama a atenção para o papel socializador que a leitura desempenha na sociedade da época. Enquanto os homens se reuniam nos bares e cabarês e discutiam assuntos políticos a partir de leituras de jornal, as mulheres absorviam-se com a ficção e manuais práticos (LYONS, In CAVALLO e CHARTIER, 2002, p. 173. v. 2). Esse papel socializador visualizado por Lyons indica que a imprensa, através de periódicos e livros, estava integrada ao cotidiano do homem Europeu.

A disponibilidade de leitura cria na Europa um fenômeno literário que se estenderá até o Brasil e que fará a fama e a fortuna de editores e escritores: o folhetim. Surgido no final do século 18, na França, e publicado inicialmente em rodapé de jornal como crítica dramática, seria por volta de 1840, com o nascimento do romance em folhetim, marcado por longas narrativas dispostas em capítulos publicados semana a semana nos jornais (MOISÉS, 1995, p. 231-240), que o gênero iria se expandir da França para o resto da Europa e também o Brasil, sobretudo durante a estética romântica. Ainda que seja apontado como uma literatura para leitores menos exigentes e Pierre Bourdieu o classifique de “arte mercenária menor” (2002, p. 40), o gênero contribuiu, tanto na Europa quanto no Brasil, para formar um público leitor ávido por episódios aventureiros ou sentimentalismos piegas.

De Gutenberg, com sua Bíblia de 42 linhas, a Stendhal, inaugurando a fase moderna do romance com seu *Vermelho e o Negro*, vão-se 400 anos, período que serviu para o romance ascender à principal e mais popular expressão artística e afirmar práticas de leituras definidoras da modernidade. Mas, se a Europa vê consolidar a escrita impressa como corolária da cultura burguesa e o campo literário conquistar a sua autonomia, do outro lado do Atlântico, o Brasil Colonial está apenas conhecendo, de forma legal por meio de uma ordem régia expedida em 1808, a imprensa e suas infinitas possibilidades.

Preocupado em manter a exploração econômica com base no extrativismo e na monocultura do Brasil colonial, Portugal reprime quaisquer manifestações que pudessem ser prejudiciais aos interesses lusitanos, e entre elas a circulação de idéias por meio da imprensa, que só chegará de forma oficial com a vinda da família real três séculos após a armada de Cabral ter aportado nesta terra, que primeiramente chamaram de Vera Cruz.

Não apenas em relação à Europa a imprensa chegou tardiamente ao Brasil. Sérgio Buarque de Holanda escreve que já em 1535 na Cidade do México havia a impressão de livros, e em Lima, capital do Peru, em 1584 começava a atividade tipográfica. Quando, em 1747, Antônio Isidoro da Fonseca instala sua oficina, logo após fechada por ordem real - que não considerava “conveniente se imprimam papéis no tempo presente”, conforme

está escrito na ordem régia (MARTINS, 1996, p. 303)-, em todas as principais cidades da América espanhola já havia oficinas gráficas (HOLANDA, 2003, p. 119-120).

A preocupação da Coroa portuguesa em controlar a difusão de idéias ia além da proibição à imprensa. Através da Real Mesa Censória o governo também proibia a livre circulação de livros, que só vinham para o Brasil através de autorização real. Infringir a determinação implicava em pagamento de multas, confisco dos livros, encarceramento e até degredo (ABREU, 2003, p. 23).

A censura à imprensa e à circulação de livros mantinha, desta forma, o Brasil dependente das vontades da Metrópole e sujeito apenas às leituras autorizadas, de modo a não colocar em risco o domínio português (HOLANDA, 2003, p. 121). A condição colonial do Brasil colocava o país, portanto, em situação de desvantagem em relação não só à Europa, mas também à América espanhola na questão da imprensa.

Inaugurada oficialmente no dia do aniversário do príncipe regente, 13 de maio de 1808, a Imprensa Régia tinha por objetivo imprimir a legislação, papéis diplomáticos e “todas e quaisquer outras obras”. Dois meses mais tarde, a 26 de julho, o decreto imperial foi emendado por uma declaração de que uma das principais motivações para a implantação da Imprensa seria servir de auxílio à expansão da educação pública (HALLEWELL, 2005, p. 111), o que aponta para o caráter didático das obras e da estreita ligação entre o “percurso dos livros didáticos no Brasil” e a imprensa nacional (SIQUEIRA, 2000, p. 226).

O decreto imperial parece antecipar um dos aspectos contemporâneos do projeto educacional brasileiro, cuja ênfase recai sobre o livro didático, “que terminou por se converter na principal referência para a formação e a inserção no mundo da escrita de um expressivo número de docentes e discentes brasileiros” (BATISTA, apud ABREU, 1999, p. 531) e representa, hoje, a maior fatia do mercado editorial brasileiro.

Embora Wilson Martins considere que a vida editorial brasileira começaria “de maneira auspiciosa” com a Imprensa Régia e Pedro Calmon aponte a função educativa e dogmática da imprensa “de banhar em ‘ilustração’ o país iletrado, ensinando-lhe,

em apressada tradução, o pensamento europeu” (CALMON, 1981, 1885. v. 5), não se pode perder de vista que o governo mantinha controle através da censura sobre o material impresso e a proibição de instalação de novas tipografias. Apenas em 1821, “por decorrência da Constituição imposta a Dom João, após a Revolução do Porto, em 1820, abole-se a censura e termina o monopólio estatal, possibilitando o funcionamento de outras tipografias” (LAJOLO e ZILBERMAN, 2002, p. 125).

Entretanto, porquanto o fim do monopólio estatal permitisse oportunidades de negócios envolvendo o mercado de imprensa e de livro, é preciso considerar que o setor enfrentou problemas econômicos decorrentes da pouca leitura e pouco consumo de material impresso no país. Não é necessário recorrer à historiografia para constatar que o fenômeno da fúria da leitura ocorrido na Europa não teve no Brasil a mesma intensidade; basta dar uma rápida olhada em algumas produções literárias do século 19. Brás Cubas, em suas memórias póstumas, contentar-se-ia com “talvez cinco” leitores. É bem verdade que Machado de Assis publicava a obra em 1881, e o gosto pela estética romântica transitava para o realismo-naturalismo, fato que poderia reduzir o número de leitores, pois “a gente grave achará no livro umas aparências de puro romance, ao passo que a gente frívola não achará nele o seu romance usual” (MACHADO DE ASSIS, 1998b, p. 16). Mas a passagem não deixa de denunciar a fragilidade do mercado de letras no país.

Não foram apenas o analfabetismo ou questões de preferência que interferiram para uma abrangência menor de leitores. A primeira causa relaciona-se à, já mencionada, proibição da instalação da imprensa no país. Este fato limitava bastante o acesso a materiais impressos, que chegavam ao Brasil de duas formas, ambas a encarecer o produto: ou de forma autorizada pelo governo, portanto encarecido por taxas de importação; ou de modo clandestino, agregando o valor de risco do traficante do livro.

Manter o Brasil dependente se fazia também através de poucas e poucas escolas, fenômeno que não se alteraria de forma substancial mesmo após a Independência e ainda seria lento na República.

Às poucas escolas pode ser acrescentado um comportamento social que teve peso bastante forte para a lenta difusão da leitura no país. O Brasil, como herdeiro das tradições lusitanas, seguiu um costume imposto pelos mouros a Portugal durante a Idade Média. As mulheres saíam de casa muito raramente, e, quando o faziam, era para ir à missa. As ocupações femininas restringiam-se às atividades domésticas; apenas nos anos de 1830 é que esse fato começa a mudar no país (HALLEWELL, 2005, p. 160).

Porém, a partir dessa mudança de comportamento, o progresso social ocorrido ampliou a prática da leitura feminina. O aumento do público leitor feminino não passou despercebido dos escritores, de modo que as referências às leitoras dos romances, especialmente durante a estética romântica, passaram a aparecer com certa frequência como um recurso de sedução (LAJOLO e ZILBERMAN, 2003, p. 23).

Apesar da pouca leitura e dos problemas econômicos, a atividade editorial começava a se desenvolver, lentamente, é verdade, tanto que os primeiros editores precisavam vender produtos estranhos a livros, inclusive famosos como Garnier, que, no início de sua empreitada brasileira, “negociava com artigos de papelaria e com uma miscelânea de artigos importados, desde guarda-chuvas e bengalas até pílulas, unguentos e charutos” (HALLEWELL, 2005, p. 200). Nesse século 19, Plancher, Paula Brito, Garnier e Laemmert seriam os principais editores do país.

A consolidação de um sistema literário baseado na tríade autor-obra-leitor refletiu-se na consolidação, no decorrer do século 20, de grandes editores e editoras no país, como Monteiro Lobato, José Olympio, Ênio Silveira (Civilização Brasileira), Jorge Zahar, Flávio Aderaldo (Cultrix), Henrique Bertaso e Érico Veríssimo (Globo) e, inclusive, Arlindo Pinto de Souza (Luzeiro), voltado para publicações populares. No rastro de políticas educacionais brasileiras, surgiram editoras que se tornaram potências no mercado, especializadas em livros didáticos e paradidáticos, como a Ática, Scipione, FTD, Ediouro.

É preciso ressaltar que o crescimento de muitas dessas editoras deve-se a políticas do governo que contribuíram para a formação de consumidores. Em 1972, por exemplo, a José

Olympio obteve a indicação para compartilhar com a Editora Abril a produção de textos para o Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral) (HALLEWELL, 2005, p. 471). O Instituto Nacional do Livro (INL), com sua política de co-edições, também alavancou a venda de diversas editoras. E sempre é bom lembrar que o próprio Monteiro Lobato esteve largamente ligado ao livro didático. E Érico Veríssimo, da Globo, adverte que os livros didáticos “exigiam um cuidado especialíssimo” (VERÍSSIMO, 1973, p. 48).

Esse “cuidado especialíssimo” apontado por Veríssimo faz completo sentido para a saúde financeira de qualquer editora brasileira. Segundo o Diagnóstico do Mercado Editorial, feito pela CBL e pelo Sindicato Nacional dos Editores de Livros (Snel), em 2003 os livros didáticos ocuparam 63% da produção nacional, respondendo por 54% do faturamento.

O dinheiro injetado pelo governo federal no mercado editorial de fato é elevado. Em 2003, com o Programa Nacional de Bibliotecas Escolares, o governo investiu R\$ 43,5 milhões.¹ Em 2004, através do Fundo Nacional de Desenvolvimento na Educação (FNDE) foram distribuídos 120 milhões de livros.² Como se vê por estes números, a participação do Estado tem papel relevante no mercado editorial.

Hoje o mercado de livros, capitaneado principalmente pela democratização do ensino fundamental e médio e pela ampliação de cursos superiores, bem como por programas de leitura desenvolvidos pelos governos, como o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), envolve cifras vultosas, mas que contemplam, principalmente, editoras que atuam no Centro-Sul do país.

Se esta região conseguiu impor sua hegemonia no mercado editorial brasileiro, Mato Grosso começa, só agora, de maneira bastante lenta, a desenvolver uma atividade editorial de forma mais profissional.

A imprensa em Mato Grosso manifestou-se bastante cedo se considerarmos como demarcador de tempo a ordem régia autorizando a liberdade de imprensa, em 1821. Até a década de 1830, o veículo de divulgação mato-grossense foi o jornal goiano A

¹ Informativo MEC. Julho/2004 n° 1. p. 8.

² Idem. p. 10.

matutina meiapontense, que reservava duas colunas a Mato Grosso, a *Província de Mato Grosso* e *Miscelânea cuiabanense*, sendo que na primeira sessão o governo fazia publicar seus atos oficiais e a segunda era reservada para debates políticos (SIQUEIRA, 2000, p. 90). O primeiro periódico a ser impresso em Cuiabá é o *Themis matogrossense* e circulou em 1839 (CARVALHO, 2003, p. 28). Porém, apenas na década de 60 e 70 os jornais iriam proliferar de fato e entre 1870 e 1889, mais de 40 periódicos foram editados em Mato Grosso sendo a maioria circunscrita à capital. Entretanto durante todo esse século não foi registrada qualquer obra impressa.

A falta de livros impressos na província não significa que a leitura estivesse restrita aos periódicos aqui produzidos. Bandeirantes, viajantes e cientistas que passaram por Mato Grosso “certamente” traziam em suas bagagens “muitos livros que passaram a ser lidos e consultados não somente por eles, mas também pela população alfabetizada, quando disponibilizados” (SIQUEIRA, 2002, p. 133).

Carlos Rosa e Neuza Rosa observam que, embora os bandeirantes em geral fossem avessos a livros, “alguns fugiam à regra”, como o sertanista Luiz Rodrigues Villares, um homem “muito lido”. O naturalista e historiador José Barbosa de Sá possuía uma biblioteca com quatro estantes contendo 79 títulos e 131 volumes (ROSA e ROSA, 1975, p. 9-11).

A preocupação do Estado e das elites em oferecer ensino escolarizado à população local exigiu que se trouxesse da Europa e do Rio de Janeiro compêndios didáticos e se criasse uma biblioteca pública, conhecida como Gabinete de Leitura, fato que, sem dúvida, impulsionou uma maior circulação de livros. Em outubro de 1879, por conta da transferência do Gabinete de Leitura do paço da Câmara Municipal para uma sala do edifício onde funcionava a Escola Normal, constavam no catálogo da biblioteca 1.325 livros, sendo 779 encadernados e 546 brochuras.

A criação do Liceu Cuiabano (1880) e do Colégio Salesiano São Gonçalo (1894) exerce papel relevante para a sociedade matogrossense, pois “formaram as gerações que pontificaram no cenário social, político e cultural do Estado” (PÓVOAS, 1994, p. 13).

Além do investimento na educação, que conta com o poder do Estado e da Igreja, a criação de associações culturais – como o Grêmio Júlia Lopes, com sua revista *A violeta*, do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso e do Centro Mato-grossense de Letras, mais tarde transformado em Academia Mato-Grossense de Letras, o Clube Feminino - contribuiu de modo decisivo para a formação intelectual do cuiabano.

Se no século 19 nenhuma obra foi impressa no estado, é possível inferir que o primeiro editor de Mato Grosso foi Avelino de Siqueira, que no início do século 20 iniciou uma atividade editorial “imprimindo trabalhos de aprimorada qualidade artística”. Entre as obras impressas com o selo Estabelecimento Avelino de Siqueira estão *Vias de comunicação de Mato-Grosso*, de Barão de Melgaço, e *Quadro corográfico de Mato-Grosso*, de Estevão de Mendonça (BRANDÃO, 1991, p. 134).

O desenvolvimento cultural no estado na primeira metade do século 20 é capitalizado principalmente por Dom Aquino Corrêa. Sagrado bispo em 1915, com apenas 30 anos de idade, Dom Aquino Corrêa foi eleito presidente da província em novembro de 1917 e tomou posse em janeiro do ano seguinte, ficando quatro anos à frente da administração de Mato Grosso. A sua atividade artística influenciou amantes das artes, escritores e poetas. Morreu em 1956.

Com Dom Aquino e o grupo que gravitava em sua volta formou-se um corpo de poetas e escritores que, mesmo “sem mandatos eletivos ou sem o exercício da magistratura, tiveram também influência política e social notável” e que “buscava diretamente influenciar, em benefício próprio, a arte e a cultura de um modo em geral” (CARVALHO, 2003, p. 26-27).

Hilda Gomes Dutra Magalhães considera que neste período a “literatura mato-grossense começa a existir de fato [...], sobretudo com os textos de Dom Aquino e José de Mesquita”, mesmo que o arcebispo tenha ignorado por completo o modernismo de 22 (MAGALHÃES, 2001, p. 24).

A partir de 1939 formou-se um grupo de intelectuais ligados aos ideais estéticos do Modernismo, imprimindo, nos dois sentidos da palavra, uma nova dinâmica à literatura produzida em Mato Grosso, que, dada a presença de uma produção ainda presa

a uma estética romântica e parnasiana, “transita entre o antigo e o moderno, conjugando forças progressistas e conservadoras” (MELLO, 2003, p. 26). Nesse ano, tendo à frente Gervásio Leite, Rubens de Mendonça e João Batista Martins de Melo, surgiu a revista *Pindorama*, cujos proponentes se consideravam “espíritos sedentos de novidades, de vida, o movimento, a energia” (MAGALHÃES, 2001, p. 124). Juntaram-se ao movimento também Euricles Motta, Corsíndio Monteiro, Carmindo de Campos, Agrícola Paes de Barros, João Antônio Neto, Lobivar de Matos, Alceste de Castro e Manoel de Barros. Mas, apesar dos “espíritos sedentos”, segundo Hilda Magalhães, “o grupo não apresenta uma proposta estética capaz de se sustentar dentro dos moldes pretendidos” (2001, p. 125). Mesmo com este “porém”, não se pode desconsiderar o movimento, porquanto, hoje, passado meio século, é quase unanimidade nacional a poética de Manoel de Barros e, no estado, a de João Antônio Neto.

Em 1949 surgiu a revista³ *O arauto da juvenília*, dirigida por Silva Freire e secretariada por Wladimir Dias-Pino e *O Saci*. Dois anos mais tarde, *Ganga*, com João Antônio Neto, Rubens de Castro e Agenor Ferreira, e *Sarã*, dirigida por Dias-Pino e Rubens de Mendonça. *Sarã* também virou selo de editora, publicando *Dom pôr do sol*, de Rubens de Mendonça. As três revistas comungavam com os ideais estéticos da vanguarda modernista. Em *Sarã*, Silva Freire e Dias-Pino vão publicar suas primeiras obras já em sintonia com o movimento concretista dos anos 1950. Os jovens poetas se indispõem com a Academia Mato-grossense de Letras, liderada por Dom Aquino Corrêa, motivando a criação de uma editora para publicar os livros do grupo, a Igrejinha.

Segundo Hilda Magalhães, a intelectualidade mato-grossense resistia em aceitar seus autores modernos e sua estética experimental. Entretanto, cabe ressaltar que

se o Modernismo em Mato Grosso não passou,
enquanto movimento, de tentativas malogradas,

³ Alguns textos e compêndios utilizam o termo “jornal” para designar estas publicações. Optamos pelo termo “revista” por uma questão de padronização e também por considerar que “jornal” se vincula principalmente a relatos de informações do dia a dia, que não é o caso das publicações referidas aqui.

havendo sido ignorado pelos “confrades”, por outro lado, os grupos Pindorama, Ganga e Sarã haviam provocado uma substancial e definitiva transformação no cenário literário mato-grossense. O salto qualitativo já havia sido dado: os textos de Lobivar de Matos, Manoel de Barros, Silva Freire e Wlademir Dias Pino haviam arrancado definitivamente a literatura de Mato Grosso do anacronismo em que vivia até fins de 1940. (MAGALHÃES, 2001, p. 129)

Enquanto, nesse período, no campo literário a produção em Mato Grosso era arrancada do anacronismo, na esfera federal, não na literatura, mas na política, discutiam-se estratégias de ocupação do “vazio” do imenso território amazônico. Desde o Estado Novo, no período de Getúlio Vargas, até os governos militares pós-64, foram muitas as incursões oficiais e privadas de colonização. A Marcha para o Oeste, a construção de Brasília, o Plano de Integração Nacional (PIN), a Transamazônica, a Cuiabá-Porto Velho, a Cuiabá-Santarém (BR-163), a Belém-Brasília são tentativas oficiais de promover a ocupação e integração nacional do espaço amazônico.

Em Mato Grosso, os projetos oficiais e privados serão responsáveis por um intenso fluxo migratório, originando cidades novas e um aumento populacional significativo, cujo trânsito passava, necessariamente, por Cuiabá. Dados do IBGE indicam que em 1970 a população da capital mato-grossense era de 103.427 habitantes. Apenas duas décadas depois, em 1990, a população havia triplicado, chegando a 401.303 habitantes. Esse aumento populacional revela que Cuiabá se tornara o “epicentro” do avanço do capital para a Amazônia.

Ludmila de Lima Brandão não considera exagero comparar metaforicamente o movimento do avanço da fronteira capitalista “a um abalo sísmico, em face da natureza de suas conseqüências e das dimensões dos impactos causados na cidade e regiões circunvizinhas em quaisquer níveis: físico, econômico, político, social ou cultural” (1997, p. 66).

É preciso não perder de vista, entretanto, que o avanço da fronteira capitalista implica também em um avanço das exclusões

promovidas pelo acúmulo do capital por grandes proprietários rurais e agroindustriais e, mais do que o “espírito bandeirante”, a força motivadora da maioria absoluta do contingente de migrantes era a busca por condições de sobrevivência já insustentáveis em suas terras de origem. Muito mais do que um movimento de ocupação e integração nacional, as políticas de colonização vinham ao encontro da necessidade dos governos silenciarem possíveis tentativas de rebeldia no campo; daí Regina Beatriz Guimarães Neto afirmar que “tanto para Getúlio [Vargas] como para os militares, o controle político sobre os trabalhadores rurais era questão de primeira ordem” (2002, p. 84).

Com a criação da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), em 10 de dezembro de 1970, o Estado iria impulsionar as práticas de leitura e também de produção de textos. A UFMT “abriu caminho para a instalação de universidades privadas, ampliando, assim, o número de leitores entre estudantes e professores de nível superior” (MELLO, 2004, p. 97). Inicialmente, como reflexo mais imediato, a própria gráfica da UFMT investiu na produção editorial, editando livros de autores já consagrados no espaço mato-grossense, recuperando obras anônimas e iniciando uma atividade que seria importante para marcar a trajetória da própria instituição. Como consequência de uma maior produção intelectual, “a criação da editora universitária também foi fundamental para ampliar o conhecimento sobre a região, na medida em que oportunizou a publicação de obras fictícias e de pesquisa científica dos autores locais” (MELLO, 2004, p. 97).

Neste primeiro período, que se poderia agrupar de 1970 a 1990, quando começaram a surgir editoras em que a busca por desenvolver um trabalho profissional em relação ao livro se efetiva, a produção editorial em Mato Grosso estava restrita principalmente à UFMT – dividida, até 1992, quando foi implantada a EdUFMT, em diferentes créditos editoriais, como Divisão de Gráfica da UFMT, Gráfica da UFMT, Imprensa Universitária, Edições UFMT, Edições da UFMT ou apenas UFMT – e às edições do autor. Estas edições do autor podem ser divididas em dois grupos. O primeiro engloba as publicações feitas em gráficas; no outro grupo, escritores, principalmente poetas, oriundos da geração mimeógrafo. Embora preferências estéticas

ditem uma ou outra escolha, não se pode deixar de considerar que questões econômicas e relações sociais, culturais e políticas – todo este conjunto que vai formar o capital simbólico – determinam a inserção do autor no círculo cultural.

Nesta primeira fase da produção editorial da UFMT, alguns momentos tiveram maior relevância. A presença de Wladimir Dias-Pino no quadro técnico da instituição possibilitou a elaboração de trabalhos gráficos ousados, cujos experimentos eram desenvolvidos através do Laboratório de Pesquisas Visuais. Como resultado mais visível para a produção editorial, tem-se as publicações com o selo Edições UFMT, divididas em diferentes e descontínuas coleções, principalmente no decorrer do ano de 1975, e trazendo a público obras históricas e poéticas.

A criação do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR), em 1976, resultou também numa atividade editorial relevante e contribuiu para a construção da memória da cidade, possível de ser consultada na coleção Memória Social da Cuiabania e impressa com o crédito editorial de Imprensa Universitária.

Ainda no decorrer desta primeira fase da editora da UFMT, através de uma iniciativa do Departamento de Letras da UFMT, organiza-se a série Mostra Permanente de Escritores Mato-grossenses, que reunia textos e depoimentos dos autores selecionados (Rubens de Mendonça, Wladimir Dias-Pino e Silva Freire) e também objetivava servir de referência para os estudos de literatura mato-grossense, tanto no ensino superior quanto no então segundo grau. Esta Mostra, que contribuiu para formar um cânone contemporâneo de autores mato-grossenses, permite observar como o capital simbólico de cada autor mediou a escolha dos nomes para compor a série.

Concomitante a esta produção viabilizada pela UFMT, órgãos dos governos estadual (Fundação Cultural) e municipal (Casa da Cultura) promoveram uma série de publicações, resultando em coleções como a Letras Matogrossenses com a série Poetas Contemporâneos, os Cadernos Cuiabanos, ou, ainda, o programa Poetas Vivos.

Nos anos de 1970, Wladimir Dias-Pino, conhecido principalmente por sua poética, lança o selo editorial Edições do

Meio. Nesta mesma década edita também, através da editora Igrejinha, *Roteiro histórico e sentimental da Vila Real do Bom Jesus de Cuiabá*, de Rubens de Mendonça. Este último selo já publicara algumas obras na década de 1950. Aliás, Dias-Pino foi um produtor de selos editoriais, lançando em diferentes períodos do tempo, além dos dois já citados, a Edições Cidade Verde, Sarã e Sinal.

Os anos de 1990 podem ser apontados como o divisor de águas de uma produção editorial recente. Apesar de algumas tentativas ainda bastante amadoras, como é possível constatar no empreendimento que resultou na Editora Livro Matogrossense, em 1991, cujas publicações passavam por um processo artesanal, seria nesse período que começaria a se efetivar a produção editorial voltada para cuidados maiores com o objeto livro, o que implica em profissionalização do setor, sem, no entanto, alcançar a autonomia do campo editorial.

Nessa década seria implantada a EdUFMT (1992) e surgiriam a Carrión & Carracedo Editores Associados (1993) com seus três selos – Entrelinhas, Central de Texto e Aroe -, Tempo Presente Editora (1996), UNEMAT Editora (1997), EdUNIC (1997), KCM Editora (1998) e Editora Adriana (1998). Também nesta década Ramon Carlini e Elaine Caniato começam um trabalho de editoração que resultará na criação da Tanta Tinta (2003) e da Carlini & Caniato Editorial (2005). Em 2001, seria a vez da Cathedral Publicações.

A relação acima permite observar que quatro estão ligadas a instituições de ensino superior, sendo duas públicas (EdUFMT e UNEMAT) e duas privadas (EdUNIC e Cathedral). Esse quadro demonstra a importância do ensino superior para a formação de um mercado editorial.

O surgimento de editoras privadas a partir da década de 1990 resultou, principalmente, de uma profissionalização do setor e da demanda provocada pelo aumento do mercado por conta do crescimento populacional, fruto das correntes migratórias. Entretanto, não se pode perder de vista que a presença do estado a mediar a produção editorial ainda se faz sentir de forma bastante intensa, seja através das publicações financiadas com recursos de leis de incentivo, seja através de publicações fruto de pesquisa

acadêmica desenvolvida em instituição pública de ensino, cujo texto, mediado por um editor, se transformará em livro, seja, ainda, por publicações motivadas por exigências legais de conteúdo em concursos públicos ou como disciplina curricular.

Neste sentido, duas leis estaduais contribuíram para fomentar o mercado editorial. A Lei nº 4.667, de 6 de abril de 1984, estabelece a obrigatoriedade de que um terço das questões de conhecimentos gerais nos concursos organizados por órgãos governamentais e de economia mista deve versar sobre geografia e história política e econômica de Mato Grosso. A outra lei, a de nº 5.573, de 6 de fevereiro de 1990, torna obrigatório o ensino de história, geografia e literatura de Mato Grosso nas escolas públicas e privadas de ensino fundamental e médio no Estado.

Por conta destas exigências e dada a carência de material disponível, surgiu uma editora específica para atender a demanda para concursos públicos, a Editora Adriana, e outros selos editoriais investiram na produção de livros voltados para a área, como é o caso da Entrelinhas e Tanta Tinta. Antes destas três editoras, a UFMT já promovera a edição de obras acerca do conteúdo, tanto em geografia quanto em literatura. Professores, principalmente de cursinhos, em edições do autor, com o amadorismo inerente a este recurso de edição, também publicaram seus livros. No campo literário, a Cathedral Publicações, ainda como Unicen, publicaria o livro *História da literatura de Mato Grosso: Século XX*, de Hilda Gomes Dutra Magalhães, o mais completo compêndio de literatura mato-grossense já editado até o momento.

Apesar das edições recentes acerca da história de Mato Grosso, a demanda por este material conseguiu tornar o livro *Processo histórico de Mato Grosso* um “clássico” nos sebos de Cuiabá, conforme informou um livreiro entrevistado. Editado em 1990 e já esgotado, é a obra mais procurada para concursos. Esta procura revela uma outra face da prática da leitura, não posta no presente artigo, mas que o permeia. O livro, como objeto manufaturado, tem custo comercial muitas vezes inacessível para o trabalhador assalariado – situação mais dramática para candidatos a concursos públicos, muitos dos quais desempregados ou vivendo em condições de subemprego, ou estudantes -, o que

acaba movimentando o comércio de livros usados, com preço de capa em média 40% mais barato.

Se leis estaduais fomentaram a produção, leis municipal e estadual possibilitaram que escritores, poetas, intelectuais tirassem suas obras da gaveta. A lei municipal nº 3.434/95, regulamentada pelo decreto 3.617/99 e modificada pela lei nº 4.104/01, e a lei estadual nº 5983-A, de 12 de dezembro de 1991, modificada pela Lei nº 7.042, de 15 de outubro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 179 de 20 de maio de 1999 exerceram papel relevante para a publicação de livros. Apenas pela lei estadual, entre 2000 e 2004, conforme levantamento efetuado na Fundação Cultural de Mato Grosso, 143 obras receberam incentivo estatal para publicação. As leis de incentivo, apesar de algumas críticas pontuais, são consideradas de importância capital para um mercado editorial ainda bastante embrionário, cuja demanda não consegue pagar os custos de publicação de um livro.

Algumas editoras, já com uma centena de livros publicados, como a Entrelinhas, têm na publicação de terceiros – através de recursos dos próprios autores, mas, principalmente, com recursos oriundos de incentivo cultural – a fonte maior de receita. Mas, se os recursos públicos movimentam a produção editorial, pode-se considerar que o setor ainda não alcançou autonomia, que vem sendo buscada através da articulação de diferentes agentes envolvidos com o livro em Mato Grosso, resultando na criação da Associação dos Amigos do Livro Mato-grossense (AlimeMTo), o que representa um primeiro passo para que a conquista se efetive.

O exposto até aqui permite concluir que aqui em Mato Grosso, talvez mais que em outros lugares, a presença do estado, em suas mais diferentes instâncias – instituição de ensino público superior, órgãos dos governos -, vai permear a produção editorial, assumindo a publicação de autores e definindo, através das relações estabelecidas pelos agentes do poder e pelo capital simbólico de cada escritor, a inserção destes autores no catálogo que vai formar a bibliografia mato-grossense.

Esta participação do estado como fomentador, não necessariamente com incentivo que privilegia o autor, embora seja

esta a forma mais comum, é reivindicada pelos editores. Entretanto, os editores, inclusive os autores, ressaltam que políticas educacionais voltadas para a prática da leitura, aquisição de livros para bibliotecas públicas, políticas de acesso universal à educação são mecanismos que poderiam contribuir para a consolidação do mercado editorial.

A disseminação cultural, que no âmbito do governo tem sido mais retórica do que prática, passa também - e talvez esse seja o ponto mais distante a ser alcançado -, por uma distribuição de renda, uma vez que o livro ainda se apresenta caro para grande parte da população brasileira, que precisa decidir, como bem colocou o editor Ênio Silveira, entre “comer ou...” (Ferreira, 2003: 142), ficando o livro normalmente para uma necessidade mais urgente – uma indicação de professor ou uma participação em concurso público, por exemplo.

Neste sentido, diferentes editores, livreiros e escritores apontam para a necessidade de uma maior participação dos professores como mediadores do encontro entre o livro e o leitor. Critica-se o olhar centro-sulista no momento das indicações bibliográficas, em detrimento da produção local. Essa crítica não parte apenas de editores voltados ao mercado privado, mas também de coordenadores, por exemplo, da EdUFMT, que mencionam o desconhecimento de professores da instituição em relação à produção da editora. Entretanto, é preciso destacar que, embora as escolhas dos livros muitas vezes aconteçam na instituição escolar, principalmente em escola privada, o mesmo nem sempre ocorre nas públicas. Muitas vezes o pacote, como apontou o editor Adhemar Fraga da Silva, da Editora Adriana, é “fechado” em Brasília, eliminando, assim, livros editados em centros não-hegemônicos do país. É possível constatar isso ao observar que, dentre os livros editados em Mato Grosso, apenas um foi escolhido para participar do programa Fome do Livro, do governo federal.

Por tratar-se de um Estado de desenvolvimento recente, ainda há muito por fazer, e observa-se uma certa postura “ufanista” da parte dos agentes culturais, isto é, em toda ação cultural há um desejo de dar visibilidade aos aspectos regionais. A produção editorial, em certo sentido, catalisa essa vontade de dar

a conhecer Mato Grosso para seus habitantes e para o resto do Brasil, o que pode ser uma faca de dois gumes. Se, por um lado, essa postura atende à ânsia de divulgar o Estado, por outro lado, considerando-se que Mato Grosso não possui hegemonia socioeconômica e nem política, o mercado se restringe à circulação local, o que acaba justificando tiragens menores. Poucas livrarias existentes no estado também contribuem para dificultar a veiculação da obra.

A distribuição tem representado o grande gargalo das editoras locais. Além de não possuírem departamento de vendas, a falta de interesse das distribuidoras por conteúdos regionais fora do eixo hegemônico nacional dificulta a inserção das editoras locais em outros mercados. Apesar de vendas externas pontuais, a regra tem sido mesmo atender a demanda local. A exceção a este quadro é representada pela KCM Editora, que distribui 95% dos livros editados para outros estados da federação. Credita-se isso à segmentação do mercado, no caso o setor de informática.

Também é preciso considerar que editoras fora do eixo hegemônico do país não possuem estrutura financeira para implantar projetos editoriais ousados. Neste sentido, a edição de livros passa quase sempre pelo entusiasmo pessoal de um editor, e a tiragem é feita em pequena escala, e a editora “limita-se a seu âmbito por óbvias restrições financeiras e, por falta de uma demanda pública continuada, é mais errática ainda do que a produção editorial oficial” (HALLEWELL, 2005, p. 476).

Dentro deste quadro, ainda é preciso ponderar que o editor, como observa Flávio Aderaldo, “participa da construção de uma visão do conhecimento” (CABRINI e GUEDES, 1991, p. 37), de modo que o processo editorial não pode ser considerado neutro; pelo contrário, implica em tomadas de posições claras, objetivas, e que estão em sintonia com a ideologia com a qual o editor se vincula, uma vez que “a palavra é o fenômeno ideológico por excelência” (BAKHTIN, 2002, p. 36).

De modo que a escolha dos autores a serem publicados, quer seja motivada por demanda oriunda de um nicho de mercado que se impõe por conta de lei a exigir determinados conteúdos, quer seja a possibilidade de o autor financiar a sua obra com recursos próprios ou de incentivo cultural, quer seja para elaborar

a memória de uma comunidade, implica em elaboração de sentidos que contribuem para construir a história de uma sociedade, no caso, a história de Mato Grosso, porque “os livros não se limitam a relatar a história: eles a fazem” (DARNTON, 1990, p. 131).

Bibliografia

- ABREU, Márcia. **Os caminhos do livro**. Campinas, SP. Mercado de Letras. ALB. São Paulo: Fapesp, 2003.
- ASSIS, Machado de. **Dom Casmurro**. São Paulo: Editora Ática, 1998a.
- _____. **Memórias póstumas de Brás Cubas**. São Paulo: Editora Ática, 1998b.
- BAKHTIN, Mikhail (Volochinov). **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Annablume/Hucitec, 2002.
- BATISTA, Antônio Augusto Gomes. Um objeto variável e instável: textos, impressos e livros didáticos. ABREU, Márcia (org.). **Leitura, história e história da leitura**. Campinas, SP: Mercado de Letras: Associação de Leitura do Brasil. São Paulo: Fapesp, 1999.
- BOURDIEU, Pierre. **As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- BRANDÃO, Jesus da Silva. **Cuiabá: Desenvolvimento urbano e sócio-econômico (1825-1945)**. Cuiabá: Editora Livro Matogrossense, 1991.
- BRANDÃO, Ludmila de Lima. **A catedral e a cidade: uma abordagem da educação como prática social**. Cuiabá: EdUFMT, 1997.
- CABRINI, Conceição A. e GUEDES, Maria do Carmo. **Editando o editor: Flávio Aderaldo**. São Paulo: Com-Arte. Edusp, 1991. (Coleção Editando o Editor, v. 2).
- CALMON, Pedro. **História do Brasil**. 7 v. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1981.
- CARVALHO, Carlos Gomes de. **A poesia em Mato Grosso**. Cuiabá: Verdepantanal, 2003.

- CHARTIER, Roger. **A aventura do livro: do leitor ao navegador**. São Paulo: Editora Unesp. Imprensa Oficial do Estado, 1999a.
- CHARTIER, Roger. Leituras e leitores “populares” da renascença ao período clássico. In: CAVALLO, Guglielmo e CHARTIER, Roger. **História da leitura no mundo ocidental**. 2 v. São Paulo: Editora Ática, 2002.
- CHARTIER, Roger. **Formas e sentido. Cultura escrita: entre distinção e apropriação**. Campinas, SP: Mercado de Letras, Associação da Leitura do Brasil (ALB), 2003.
- DARNTON, Robert. **O beijo de Lamourette**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- FERREIRA, Jerusa Pires (org.). **Editando o editor: Ênio Silveira**. São Paulo. Com-Arte. Edusp, 2003. (Coleção Editando o Editor, v. 3).
- FONTIUS, Martin. Literatura e História: desenvolvimento das forças produtivas e autonomia da arte. In: LIMA, Luiz Costa (org.) **Teoria da literatura em suas fontes**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983.
- GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. **A lenda do Ouro Verde: Política de colonização no Brasil contemporâneo**. Cuiabá: Unicen Publicações, 2002.
- HALLEWELL, Laurence. **O livro no Brasil**. São Paulo: T.A. Queiroz, Editor. São Paulo: Edusp, 1985.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- LAJOLO, Marisa e ZILBERMAN, Regina. **A leitura rarefeita: Leitura e livro no Brasil**. São Paulo: Ática, 2002.
- _____. **A formação da leitura no Brasil**. São Paulo. Ática. 2003.
- LYONS, Martyn. Os novos leitores no século XIX: mulheres, crianças, operários. In: CAVALLO, Guglielmo e CHARTIER, Roger. **História da leitura no mundo ocidental**. 2 v. São Paulo: Editora Ática, 2002.
- MAGALHÃES, Hilda Gomes Dutra. **História da literatura de Mato Grosso: Século XX**. Cuiabá: Unicen Publicações, 2001.
- MARTINS, Wilson. **A palavra escrita: História da imprensa e da biblioteca**. São Paulo: Ática, 1996.
- MELLO, Franceli Aparecida da Silva. Elementos para uma história da literatura em Mato Grosso. Revista **Polifonia**. Instituto de

Linguagens [da] Universidade Federal de Mato Grosso. Ano 6. n° 06. Cuiabá: EdUFMT, 2003.

_____. A prática da leitura em Mato Grosso no século XX. Revista **Polifonia**. Instituto de Linguagens [da] Universidade Federal de Mato Grosso. Ano 7. n° 09. Cuiabá: EdUFMT, 2004.

MOISÉS, Massaud. **Dicionário de termos literários**. São Paulo: Cultrix, 1995.

PÓVOAS, Lenine Campos. **História da cultura matogrossense**. Cuiabá: S.ed., 1994.

ROSA, Carlos e ROSA, Neuza. **Do indivíduo ao grupo (Para uma história do livro em Cuiabá)**. Cuiabá: Empresa Gráfica Correio da Imprensa, 1975.

SIQUEIRA, Madureira Elizabeth. **Luzes e sombras: Modernidade e educação pública em Mato Grosso (1870-1889)**. Cuiabá: EdUFMT, 2000.

_____. **História de Mato Grosso: Da ancestralidade aos dias atuais**. Cuiabá: Entrelinhas, 2002.

VERISSIMO, Érico. **Um certo Henrique Bertaso**. Porto Alegre: Editora Globo, 1973.

WITTMANN, Reinhard. Existe uma revolução da leitura no final do século XVIII? In: CAVALLO, Guglielmo e CHARTIER, Roger. **História da leitura no mundo ocidental**. 2 v. São Paulo: Editora Ática, 2002.